



REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATO AUTÁRQUICO 2021-2025

Aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 24/12/2022

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

(Mandato Autárquico 2021-2025)

Índice

Nota Justificativa

Capítulo I – Disposições preliminares

Artigo 1.º - Objeto e âmbito

Artigo 2.º - Fontes normativas

Artigo 3.º - Definição de conceitos

Capítulo II – Natureza e competências da Assembleia Municipal

Artigo 4.º - Natureza e constituição

Artigo 5.º - Competências de apreciação e de fiscalização

Artigo 6.º - Competências de funcionamento

Capítulo III – Mesa da assembleia e competências

Secção I – Mesa da Assembleia

Artigo 7.º - Composição da Mesa

Artigo 8.º - Eleição e destituição da Mesa

Secção II – Competências

Artigo 9.º - Competências da Mesa

Artigo 10.º - Competências do Presidente da Assembleia

Artigo 11.º - Competências dos Secretários

Capítulo IV – Do funcionamento da Assembleia

Secção I - Das Sessões

Artigo 12.º - Funcionamento

Artigo 13.º - Lugar na sala de reuniões

Artigo 14.º - Sessões ordinárias

Artigo 15.º - Sessões extraordinárias

Artigo 16.º - Duração das sessões



Artigo 17.º - Requisitos das reuniões

Artigo 18.º - Continuidade das reuniões

Secção II – Da convocatória e ordem do dia

Artigo 19.º Convocatória

Artigo 20.º - Ordem do dia

Secção III – Organização dos trabalhos na Assembleia

Artigo 21.º - Períodos das reuniões

Artigo 22.º - Período Antes da ordem do dia

Artigo 23.º - Período da ordem do dia

Artigo 24.º - Período de intervenção do público

Secção IV – Da participação de outros elementos

Artigo 25.º - Participação dos membros da Câmara Municipal

Artigo 26.º - Participação dos eleitores

Secção V – Do uso da palavra

Artigo 27.º - Regras do uso da palavra no período de antes da ordem do dia

Artigo 28.º - Regras do uso da palavra para discussão da ordem do dia

Artigo 29.º - Regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal

Artigo 30.º - Regras do uso da palavra no período para intervenção e esclarecimento ao público

Artigo 31.º - Uso da palavra pelos membros da Assembleia

Artigo 32.º - Declarações de voto

Artigo 33.º - Invocação do regimento ou interpelação da mesa

Artigo 34.º - Pedidos de esclarecimento

Artigo 35.º - Requerimentos

Artigo 36.º - Ofensas à honra

Artigo 37.º - Interposição de recursos

Secção VI – Das deliberações e votações

Artigo 38.º - Maioria

Artigo 39.º - Voto

Artigo 40.º - Formas de votação

Artigo 41.º - Empate na votação

Secção VII – Das Faltas



Artigo 42.º - Verificação de faltas e processos justificativos

Secção VIII – Publicidade dos trabalhos e dos atos da Assembleia

Artigo 43.º - Carácter público das reuniões

Artigo 44.º - Atas

Artigo 45.º - Registo na ata do voto de vencido

Artigo 46.º - Publicidade das deliberações

Capítulo V – Das delegações, comissões ou grupos de trabalho

Artigo 47.º - Constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho

Artigo 48.º - Competências

Artigo 49.º - Composição

Artigo 50.º - Funcionamento

Capítulo VI – Dos grupos municipais

Artigo 51.º - Constituição de grupos municipais

Artigo 52.º - Organização do grupo municipal

Capítulo VII – Dos direitos e deveres dos membros da Assembleia

Secção I – Do Mandato

Artigo 53.º - Duração e continuidade do mandato

Artigo 54.º - Suspensão do mandato

Artigo 55.º - Ausência inferior a 30 dias

Artigo 56.º - Renúncia ao mandato

Artigo 57.º - Substituição de renunciante

Artigo 58.º - Perda de mandato

Artigo 59.º - Preenchimento de vagas

Secção II – Dos deveres dos membros da Assembleia

Artigo 60.º - Deveres

Artigo 61.º - Impedimentos e Suspeições

Secção III – Dos direitos dos membros da Assembleia

Artigo 62.º - Direitos



Capítulo VIII – Disposições finais

Artigo 63.º - Alterações ao regimento

Artigo 64.º - Interpretação e integração de lacunas

Artigo 65.º - Prazos

Artigo 66.º - Legislação aplicável

Artigo 67.º - Entrada em vigor

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES **(Mandato Autárquico 2021-2025)**

NOTA JUSTIFICATIVA

O regimento da Assembleia Municipal constitui um regulamento de organização e funcionamento do referido órgão colegial, de natureza deliberativa. As normas aqui consagradas destinam-se, essencialmente, a organizar o bom funcionamento do aluído órgão municipal, podendo dele constar, entre outras matérias, a forma de justificação de voto, a fixação dos termos em que deve decorrer o período antes da ordem do dia, a regulamentação e ou a disciplina do período de intervenção aberta ao público, e demais normas que se mostrem necessárias ao funcionamento e à participação dos membros que integram na vida interna do órgão.

Assim, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães, em sessão ordinária de ___/___/___, aprovou o presente regimento, denominado *“Regimento da Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães para o Mandato Autárquico 2021 – 2025.”*

CAPITULO I

Disposições Preliminares

ARTIGO 1º

(Objeto e âmbito)

O presente Regimento regula a organização e o funcionamento da Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães e aplica-se a todos os seus membros.

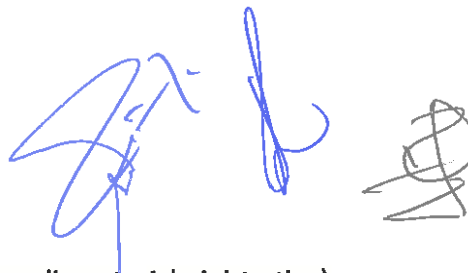
ARTIGO 2º

(Fontes normativas)

O presente Regimento obedece, no seu espírito e letra, aos seguintes normativos:

Constituição da República Portuguesa;

- a) Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro;
- b) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) Lei Orgânica 1/2019 de 29 de agosto, segunda alteração à Lei da Paridade nos órgãos do poder político, aprovada pela lei Orgânica n.º 3/2006 de 21 de agosto;



d) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo).

ARTIGO 3º **(Definição de conceitos)**

Para efeitos do disposto no presente Regimento, entende-se por:

- a) Membro da Assembleia Municipal – os membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal, bem como os membros por inerência do cargo (Presidente da Junta de Freguesia);
- b) Grupo Municipal – o conjunto de membros da assembleia municipal eleitos pelo mesmo partido ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, incluindo os independentes eleitos nas suas listas, desde que a isso eles não se oponham;
- c) Líder de Grupo Municipal – o membro da assembleia municipal representante de um grupo parlamentar, para o efeito escolhido pelo seu grupo.
- d) Sessão – atividade plenária da Assembleia Municipal, podendo esta ser ordinária ou extraordinária, nos termos da lei;
- e) Reunião – atividade plenária de continuação da Assembleia Municipal;
- f) Conferência – reunião dos representantes dos Grupos Municipais

CAPITULO II **Natureza e competências da Assembleia Municipal**

Artigo 4º **(Natureza e constituição)**

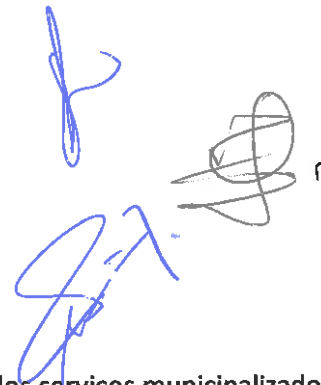
A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município, sendo constituída por quinze membros eleitos pelo colégio eleitoral do Município e por catorze Presidentes de Juntas de Freguesia.

Artigo 5º **(Competências de apreciação e de fiscalização)**

- 1. Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal:
 - a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
 - b) Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor;
 - c) Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município;
 - d) Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;



- e) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios;
- f) Autorizar a contratação de empréstimos;
- g) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município;
- h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;
- i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro;
- j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
- k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia;
- l) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;
- m) Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;
- n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal;
- o) Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;
- p) Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;
- q) Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;
- r) Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo;
- s) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;
- t) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
- u) Autorizar o município a constituir as associações previstas no capítulo IV do Título III do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro;
- v) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
- w) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.



2. Compete ainda à Assembleia Municipal:

- a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;
 - b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
 - c) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;
 - d) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;
 - e) Aprovar referendos locais;
 - f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
 - g) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município;
 - h) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
 - i) Elaborar e aprovar o regulamento do conselho municipal de segurança;
 - j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município;
 - k) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;
 - l) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
 - m) Fixar o dia feriado anual do município;
 - n) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras do município e proceder à sua publicação no Diário da República;
 - o) Eleger, por voto secreto, o presidente da mesa e os dois secretários;
 - p) Votar moções de censura à Câmara Municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros.
3. Não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 1 e na alínea l) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal.
4. As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela câmara municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1, são obrigatoriamente acompanhadas de informação



detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

5. É, ainda, competência da Assembleia Municipal:
 - a) Convocar o secretariado executivo intermunicipal, nos termos da lei, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas;
 - b) Aprovar moções de censura ao secretariado executivo intermunicipal, no máximo de uma por mandato.

ARTIGO 6º

(Competências de funcionamento)

1. Compete à assembleia municipal:
 - a) Elaborar e aprovar o seu regimento;
 - b) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
 - c) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da câmara municipal.
2. No exercício das respetivas competências, a assembleia municipal é apoiada por trabalhadores dos serviços do município a afetar pela câmara municipal, nos termos do artigo 31.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CAPÍTULO III

Mesa da Assembleia e competências

SECÇÃO I

Mesa da Assembleia

ARTIGO 7º

(Composição da mesa)

1. A mesa da assembleia é composta por um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário e é eleita pelo período do mandato da Assembleia.
2. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro secretário e este pelo segundo secretário, cabendo ao substituto designar de entre os membros presentes o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir a reunião.
3. Na ausência simultânea de todos os membros da mesa, caberá ao membro da assembleia mais bem posicionado na lista mais votada assumir a presidência, designando de entre os membros presentes, dois secretários "Ad Hoc" para constituir a mesa que vai dirigir a reunião.



4. O presidente da mesa é o presidente da assembleia municipal.

ARTIGO 8º
(Eleição e destituição da Mesa)

1. A mesa da assembleia municipal é composta por um presidente, um 1º secretário e um 2º secretário, e é eleita, em lista, por escrutínio secreto, pelo período do mandato, podendo os seus membros serem destituídos, em qualquer altura por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia.
2. Só poderão ser eleitos para a mesa os membros da assembleia que, expressamente, tenham aceitado a sua candidatura.
3. No caso de destituição ou demissão de qualquer dos membros da mesa, ou de cessação do respetivo mandato, proceder-se-á a nova eleição, na reunião imediata, para o cargo vago.
4. As listas de candidatos à mesa da assembleia municipal são compostas de modo a respeitar a paridade entre homens e mulheres.
5. Verificando-se empate na votação, procede-se a nova eleição, obrigatoriamente, uninominal.
6. Se o empate persistir nesta última, é declarado eleito para as funções em causa o cidadão que, de entre os membros empatados se encontrava melhor posicionado nas listas que os concorrentes integraram na eleição para a Assembleia Municipal, preferindo sucessivamente a mais votada.

SECÇÃO II
Competências

ARTIGO 9º
(Competências da mesa)

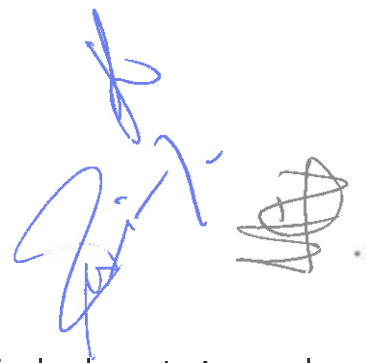
1. Compete à mesa da assembleia:
 - a) Elaborar o projeto de regimento da assembleia municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
 - b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento;
 - c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
 - d) Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da câmara municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da assembleia municipal;
 - e) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da assembleia, dos grupos municipais e da câmara municipal;
 - f) Assegurar a redação final das deliberações;



- g) Realizar as ações que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal no exercício da competência a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro;
 - h) Encaminhar para a assembleia municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
 - i) Requerer à câmara municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da assembleia municipal, assim como ao desempenho das suas funções, nos termos e com a periodicidade julgados convenientes;
 - j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da assembleia municipal;
 - k) Comunicar à assembleia municipal a recusa de prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como de colaboração por parte do órgão executivo ou dos seus membros;
 - l) Comunicar à assembleia municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
 - m) Dar conhecimento à assembleia municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
 - n) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal;
 - o) Exercer as demais competências legais.
2. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.
3. Das deliberações da mesa da assembleia municipal cabe recurso para o plenário.

ARTIGO 10º
(Competências do Presidente da Assembleia)

1. Compete ao presidente da assembleia municipal:
- a) Representar a assembleia municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
 - b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
 - c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões;
 - d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
 - e) Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
 - f) Suspender e encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da sessão;
 - g) Integrar o conselho municipal de segurança;
 - h) Comunicar à assembleia de freguesia ou à câmara municipal as faltas do presidente de junta de freguesia e do presidente da câmara municipal às sessões da assembleia municipal;



- i) Comunicar ao Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da assembleia, para os efeitos legais;
 - j) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinados pelo regimento ou pela assembleia municipal;
 - k) Exercer as demais competências legais.
2. Compete, ainda, ao presidente da assembleia municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes, necessárias ao seu regular funcionamento e representação, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao presidente da câmara municipal.

ARTIGO 11º
(Competências dos Secretários)

Compete aos secretários coadjuvar o presidente da assembleia municipal no exercício das suas funções, assegurar o expediente e, na falta de trabalhador designado para o efeito, lavrar as atas das sessões.

CAPÍTULO IV
Do funcionamento da Assembleia

SECÇÃO I
Das sessões

ARTIGO 12º
(Funcionamento)

1. A assembleia municipal dispõe de um núcleo de apoio próprio, sob orientação do respetivo presidente e composto por trabalhadores do município, nos termos definidos pela mesa e a afetar pela câmara municipal.
2. A assembleia municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a afetar pela câmara municipal.
3. No orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da assembleia municipal, dotações discriminadas em rubricas, para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia municipal, bem como para aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação.



ARTIGO 13º
(Lugar na Sala de Reuniões)

1. Os membros da assembleia municipal tomam lugar na sala de acordo com o deliberado pelo plenário.
2. Na sala de reuniões haverá ainda, lugares previstos para os membros da câmara municipal e para o público.
3. Os representantes dos órgãos da comunicação social ocuparão, na sala onde decorrem as reuniões da assembleia municipal, os lugares que lhes forem atribuídos pela Mesa.

ARTIGO 14º
(Sessões ordinárias)

1. A assembleia municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro, novembro ou dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de oito dias por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.
2. A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril, e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro, salvo o disposto no artigo 61º do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro e, bem assim, da fixação de outro calendário que venha a ser, sobre a matéria, legalmente, fixado.

ARTIGO 15º
(Sessões extraordinárias)

1. A assembleia municipal reúne em sessão extraordinária por iniciativa do seu presidente, da mesa ou após requerimento:
 - a) Do presidente da câmara municipal, em cumprimento de deliberação desta;
 - b) De um terço dos seus membros;
 - c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2.500.
2. O presidente da assembleia municipal, no prazo de cinco dias após a sua iniciativa ou a da mesa ou à receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da assembleia municipal.
3. A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e o máximo de dez após a sua convocação;
4. Quando o presidente da mesa da assembleia municipal não convoque a sessão extraordinária requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, observando, com as devidas

adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 3 e promovendo a respetiva publicitação nos locais habituais.

5. O requerimento a que se refere a alínea c) do presente artigo é acompanhado de certidão, comprovativa da qualidade de cidadão recenseado na área da respetiva autarquia, conforme disposto no art.º 60.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
6. Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão ou reunião.

ARTIGO 16º **(Duração das Sessões)**

1. A Assembleia Municipal pode, quando necessário reunir mais do que uma vez no decurso da mesma sessão, que não pode ter a duração superior a dois dias.
2. As sessões ordinárias e extraordinárias realizar-se-ão por reuniões não superiores a três horas consecutivas, podendo a Assembleia deliberar o prolongamento de cada uma delas por mais sessenta minutos, a título excecional e fundamentado.

ARTIGO 17º **(Requisitos das reuniões)**

1. A assembleia municipal só pode reunir e deliberar à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 19h30, salvo deliberação expressa do plenário.
2. Feita a chamada e verificada a inexistência de quórum, decorrerá um período máximo de 30 minutos sobre a hora da referida convocatória, para aquele se poder concretizar. Esgotado esse tempo, caso persista a falta de quórum, o Presidente considerará a reunião sem efeito e marcará data para a nova reunião que tem a mesma natureza da anterior.
3. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada ata onde se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.
4. A existência de quórum será verificada em qualquer momento da reunião, por iniciativa da mesa ou a requerimento de qualquer membro da Assembleia.

ARTIGO 18º **(Continuidade das reuniões)**

1. As reuniões só podem ser interrompidas, por decisão do Presidente e para os seguintes efeitos:
 - a) Intervalos;
 - b) Restabelecimento da ordem na sala;



- c) Falta de quórum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente assim o determinar;
- d) Período de reflexão ou consenso a requerimento de qualquer Grupo Municipal;
- e) Noutras situações consideradas justificadas pela mesa.

SECÇÃO II

Da convocatória e ordem do dia

ARTIGO 19º **(Convocatória)**

1. A convocação das sessões, bem com a respetiva ordem de trabalhos pode ser objeto de análise e elaboração conjunta entre a mesa da Assembleia Municipal e a conferência de representantes dos Grupos Municipais.
2. A convocatória e os documentos anexos serão remetidos, pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal, para o endereço eletrónico indicado pelos Deputados Municipais, exceto se o Deputado Municipal manifestar, por escrito, que pretende rececionar os documentos referidos em papel.
3. Aos representantes dos Grupos Municipais serão entregues os documentos referidos no n.º 2 deste artigo em suporte de papel.
4. As sessões ordinárias e extraordinárias serão convocadas de acordo com os prazos estabelecidos no artigo 27.º e 28.º da lei 75/2013 de 12 de setembro.

ARTIGO 20º **(Ordem do dia)**

1. A ordem do dia de cada sessão é estabelecida pela mesa.
2. A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo Órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:
 - a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão, no caso de sessões ordinárias;
 - b) Oito dias úteis sobre a data da sessão, no caso das sessões extraordinárias.
3. A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data de início da sessão, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação, por carta, por protocolo ou por correio eletrónico

SECÇÃO III
Organização dos trabalhos na Assembleia

ARTIGO 21º
(Períodos das reuniões)

1. Em cada sessão ordinária há um período de “antes da ordem do dia”, um período de “ordem do dia” e um período de “Intervenção do público”.
2. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “ordem do dia” e de “Intervenção do público”.

ARTIGO 22º
(Período de antes da ordem do dia)

Em cada sessão ordinária do órgão deliberativo, haverá um período de “antes da ordem do dia”, com a duração máxima de sessenta minutos, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico e que se iniciará com a aprovação da ata da sessão anterior.

ARTIGO 23º
(Período da ordem do dia)

1. O período da “ordem do dia” inclui um período de análise, discussão e votação das propostas constantes da ordem do dia.
2. No início do período da “ordem do dia”, a mesa dará conhecimento dos assuntos nela incluídos, devendo constar da mesma, entre outros assuntos, a apreciação da informação escrita do presidente da câmara municipal acerca das atividades desta e da situação financeira do município.
3. Tratando-se de sessão ordinária do órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.

ARTIGO 24º
(Período de intervenção do público)

1. O período para intervenção e esclarecimento ao público tem uma duração máxima de 30 minutos.
2. Os cidadãos interessados em intervir terão obrigatoriamente de fazer a sua inscrição, referindo, nome, morada e assunto a tratar, preferencialmente junto do Gabinete de Apoio à Assembleia



Municipal, ou através do correio eletrónico geral@cmca.pt, até à hora de encerramento do expediente do dia anterior à realização da sessão.

3. O período para intervenção e esclarecimento ao público, referido no n.º 1 deste artigo, será distribuído pelos intervenientes em tempos não superiores a cinco minutos por cada um.

SECÇÃO IV

Da Participação de outros elementos

ARTIGO 25º

(Participação dos membros da Câmara Municipal)

1. A Câmara Municipal faz-se representar nas sessões da Assembleia, obrigatoriamente, pelo Presidente da Câmara, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
2. Em caso de justo impedimento, o Presidente da Câmara pode fazer-se substituir pelo substituto legal.
3. Os Vereadores devem assistir às sessões da assembleia municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com anuência do Presidente da Câmara, ou do seu substituto legal ou ainda para o exercício do direito de defesa da honra.

ARTIGO 26º

(Participação de eleitores)

1. Nas sessões extraordinárias convocadas após requerimento de cidadãos eleitores têm o direito de participar, sem direito a voto, dois representantes dos respetivos requerentes.
2. Os representantes referidos no número anterior dispõem, em conjunto, de 20 minutos para apresentação e fundamentação da iniciativa, bem como para apresentar sugestões ou propostas, as quais são votadas se tal for deliberado pela assembleia.

SECÇÃO V

Do uso da palavra

ARTIGO 27º

(Regras do uso da palavra no período de antes da ordem do dia)

1. O tempo de intervenção no período de *“antes da ordem do dia”*, será distribuído proporcionalmente pelos Grupos Municipais, tendo em conta a sua representatividade eleitoral, não sendo nunca inferior a cinco minutos por grupo.

2. A cada grupo municipal cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da mesa, sendo permitida a cedência de tempo entre grupos, exceccionalmente.

ARTIGO 28º

(Regras do uso da palavra para discussão da ordem do dia)

1. Para a discussão de cada ponto da *"ordem do dia"* há um período inicial, distribuído por cada Grupo Municipal, não podendo exceder vinte minutos.
2. Após a utilização do período referido no número 1, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções, de dez minutos, por cada Grupo Municipal inscrito.
3. A apresentação verbal de cada proposta pelo membro da Assembleia proponente ou pelo executivo camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que visa prosseguir, e não exceder o total de dez minutos.
4. O Presidente da Câmara Municipal dispõe de vinte minutos para apresentar a informação constante da alínea c) do n.º 2 do artigo 5º deste regimento.

ARTIGO 29º

(Regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal)

1. A palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal, no período *"antes da ordem do dia"* para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, com uma duração máxima de quinze minutos, por cada intervenção.
2. No período da *"ordem do dia"*, a palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para:
 - a) Prestar a informação relativa ao consignado na alínea c) do n.º 2 do artigo 5º deste regimento;
 - b) Apresentar os documentos submetidos pela Câmara Municipal, nos termos legais, à apreciação da Assembleia;
 - c) Intervir nas discussões, sem direito a voto.
3. No *"período para intervenção e esclarecimento ao público"*, a palavra é concedida ao Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto legal para prestar os esclarecimentos solicitados, com uma duração máxima de quinze minutos, por assunto.
4. É concedida a palavra aos Vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal
5. A palavra é ainda concedida aos Vereadores para o exercício do direito de defesa de honra.



ARTIGO 30º

(Regras do uso da palavra no período para intervenção e esclarecimento ao público)

1. A palavra é concedida ao público para intervir nos termos do artigo 24º deste regimento.
2. Durante o “*período para intervenção e esclarecimento ao público*”, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre o assunto inscrito ao abrigo do estabelecido no artigo 24.º.
3. A palavra será dada por ordem das inscrições e cada intervenção deverá ter a duração máxima de cinco minutos.
4. A mesa ou qualquer membro da Assembleia ou da Câmara prestarão os esclarecimentos solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito.

ARTIGO 31º

(Uso da palavra pelos membros da Assembleia)

A palavra é concedida aos membros da Assembleia para:

- a) Tratar de assuntos de interesse municipal;
- b) Participar nos debates;
- c) Emitir votos e fazer declarações de voto;
- d) Invocar o regimento ou interpelar a mesa;
- e) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o município;
- f) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- g) Fazer requerimentos;
- h) Reagir contra ofensas à honra ou à consideração;
- i) Interpor recursos.

ARTIGO 32º

(Declarações de voto)

1. São admitidas declarações de voto, que podem ser escritas ou orais, não podendo exceder estas, o tempo de 5 minutos.
2. A cada grupo municipal / força política assiste o direito de fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua posição.
3. A cada membro da assembleia municipal é legítimo apresentar declaração individual de voto.
4. As declarações de voto escritas são entregues na mesa até ao final da sessão.



ARTIGO 33º
(Invocação do regimento ou interpelação à Mesa)

1. O membro da Assembleia que pedir a palavra para invocar o regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.
2. Os membros da Assembleia podem interpelar a mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. O uso da palavra para invocar o Regimento ou interpelar a mesa não pode exceder cinco minutos.

ARTIGO 34º
(Pedidos de esclarecimento)

O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, dispondo o respondente de cinco minutos.

ARTIGO 35º
(Requerimentos)

1. Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o Presidente da Assembleia, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.
2. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder cinco minutos.
3. Os requerimentos uma vez admitidos, são imediatamente votados, sem discussão.
4. A votação dos requerimentos é feita pela ordem de entrada na mesa.

ARTIGO 36º
(Ofensas à Honra)

1. Sempre que um membro da Assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra, ou do seu Grupo Municipal, pode, para defesa, usar da palavra por tempo não superior a cinco minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a cinco minutos.



ARTIGO 37º
(Interposição de recursos)

1. Qualquer membro da Assembleia pode recorrer de decisões do Presidente da Assembleia ou da Mesa.
2. O membro da Assembleia que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a cinco minutos.
3. Os recursos são votados imediatamente, sem serem objeto de qualquer discussão.

SECÇÃO VI
Das deliberações e votações

ARTIGO 38º
(Maioria)

1. As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos membros da Assembleia, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.
2. Quando o órgão não possa reunir por falta de quórum, o presidente da mesa, designa outro dia para nova sessão ou reunião, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos do presente Regimento e da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro.
3. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada a ata na qual se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.

ARTIGO 39º
(Voto)

1. Cada membro da Assembleia tem direito a um voto.
2. Nenhum membro da Assembleia presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.
3. Não podem estar presentes nos momentos da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem impedidos.

ARTIGO 40º
(Formas de Votação)

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:



- a) Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições e quando envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa, ou ainda, em caso de dúvida, se a Assembleia assim o deliberar;
 - b) Por votação nominal, apenas quando requerida por qualquer dos membros e aceite expressamente pela Assembleia;
 - c) Por levantados e sentados ou de braço no ar, que constitui a forma usual de votar.
2. O Presidente da Assembleia vota em último lugar.

ARTIGO 41º
(Empate na votação)

1. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão se repetir o empate.

SECÇÃO VII
Das Faltas

ARTIGO 42º
(Verificação de faltas e processo justificativo)

1. Constitui falta a não comparência a qualquer sessão.
2. Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da sessão.
3. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
4. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e da decisão é notificado o interessado, pessoalmente ou por via postal.
5. Da decisão de recusa da justificação da falta cabe recurso para o plenário.

SECÇÃO VIII
Publicidade dos trabalhos e dos atos da Assembleia

ARTIGO 43º
(Carácter público das reuniões)



1. As sessões da Assembleia Municipal são públicas, devendo ser dada publicidade, com menção dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias sobre a data das mesmas.
2. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 49.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
3. Os representantes, com assento na Assembleia Municipal, deverão congregiar esforços, no sentido de serem criadas condições que garantam a presença frequente de jovens nas reuniões deste órgão autárquico, no âmbito de uma sensibilização abrangente para a cidadania.

ARTIGO 44º (Atas)

1. De cada sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
2. Nos processos submetidos ao Tribunal de Contas e que devam ser instruídos com deliberações da assembleia municipal, deve ser remetida cópia da ata da sessão do órgão deliberativo em que foi tomada, devendo a mesma conter a clara identificação dos membros presentes, bem como a menção da data da sessão e o sentido da deliberação de cada participante e eventuais declarações de voto.
3. Das atas deverão também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público, na solicitação de esclarecimentos, e às respostas dadas.
4. As atas são lavradas, sempre que possível, por um funcionário da autarquia designado para o efeito (ou pelos secretários da mesa) e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.
5. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.
6. As atas da Assembleia Municipal serão oportunamente colocadas online, para facilitar o acesso dos cidadãos aos principais assuntos debatidos e deliberações tomadas, sem prejuízo de outras formas de divulgação.

ARTIGO 45º (Registo na ata do Voto de Vencido)

1. Os membros da Assembleia podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões.



2. Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.
3. O registo na ata do voto de vencido exclui o eleito da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação.

ARTIGO 46º
(Publicidade das deliberações)

1. Para além da publicação em Diário da República quando a lei expressamente o determine, as deliberações da Assembleia Municipal destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, sem prejuízo do disposto em legislação especial.
2. As deliberações da assembleia municipal destinadas a ter eficácia externa são obrigatoriamente publicadas nos termos do estabelecido no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CAPÍTULO V
Das delegações, comissões ou grupos de trabalho

ARTIGO 47º
(Constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho)

1. A Assembleia Municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado.
2. A iniciativa da sua constituição pode partir do Presidente da Assembleia Municipal, da Mesa, ou de qualquer membro da Assembleia.

ARTIGO 48º
(Competências)

Compete às delegações, comissões ou grupos de trabalho o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do município, sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal.



**ARTIGO 49º
(Composição)**

O número de membros de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho e a sua distribuição pelos diversos Grupos Municipais, quando existirem, bem como a designação do seu coordenador, são fixados pela Assembleia.

**ARTIGO 50º
(Funcionamento)**

1. Compete ao Presidente, que pode delegar no coordenador, convocar a primeira reunião e presidir à mesma.
2. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da delegação, comissão ou grupo de trabalho.

**CAPÍTULO VI
Dos Grupos Municipais**

**ARTIGO 51º
(Constituição de grupos municipais)**

1. Os membros eleitos, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos por cada partido político ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeitos de constituição de Grupos Municipais, nos termos da lei e do regimento.
2. A constituição de cada grupo municipal efetua-se mediante comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, assinada pelos membros que o compõem, indicando a sua designação bem como a respetiva Direção.
3. Os membros que não integrarem qualquer Grupo Municipal comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exercem o seu mandato como independentes.

**ARTIGO 52º
(Organização do grupo municipal)**

Cada Grupo Municipal estabelece a sua organização, devendo qualquer alteração na composição ou Direção do Grupo Municipal ser comunicada ao Presidente da Assembleia Municipal.



CAPÍTULO VII
Dos Direitos e Deveres dos Membros da Assembleia

SECÇÃO I
Do mandato

ARTIGO 53º
(Duração e continuidade do mandato)

O mandato dos membros da Assembleia Municipal inicia-se com o ato de instalação e de verificação de poderes e cessa com a instalação da nova Assembleia, sem prejuízo dos casos de cessação do mandato.

ARTIGO 54º
(Suspensão do mandato)

1. Os membros da Assembleia Municipal podem solicitar a suspensão do respetivo mandato.
2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente da Assembleia e apreciado pelo plenário da Assembleia na sessão imediata à sua apresentação.
3. São motivos de suspensão designadamente:
 - a) Doença comprovada;
 - b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
 - c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a trinta dias.
4. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
5. A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário da Assembleia pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.
6. Enquanto durar a suspensão, os membros da Assembleia são substituídos nos termos do artigo 57º, devendo os substitutos ser convocados nos termos do artigo 55º, deste regimento.

ARTIGO 55º
(Ausência inferior a 30 dias)

1. Os membros da assembleia municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até trinta dias.



2. A substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, na qual são indicados os respetivos início e fim.
3. O membro ausente nos termos do presente artigo é substituído nos termos do artigo 57º deste regimento.

ARTIGO 56º
(Renúncia ao mandato)

1. Os membros da Assembleia Municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer mediante manifestação de vontade apresentada, quer antes quer depois da instalação da Assembleia.
2. A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao Presidente da Assembleia, consoante o caso.
3. A falta do eleito local ao ato de instalação da Assembleia, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.
4. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabem à Assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

ARTIGO 57º
(Substituição do renunciante)

1. O membro substituto deve ser convocado por quem está a proceder à instalação ou pelo Presidente da Assembleia, consoante o caso, e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o ato de instalação ou reunião da Assembleia, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito, de acordo com o n.º 2 do artigo anterior.
2. A falta de substituto, devidamente convocado, ao ato de assunção de funções, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.
3. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabem à Assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

ARTIGO 58º
(Perda de mandato)

1. Incorrem em perda de mandato os membros dos órgãos autárquicos ou das entidades equiparadas que:



- a) Sem motivo justificativo, não compareçam a 3 sessões ou 6 reuniões seguidas ou a 6 sessões ou 12 reuniões interpoladas;
 - b) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detetada previamente à eleição;
 - c) Após a eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;
 - d) Pratiquem ou sejam individualmente responsáveis pela prática dos atos previstos no artigo 9.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto.
2. Incorrem, igualmente, em perda de mandato os membros dos órgãos autárquicos que, no exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem.
 3. Constitui ainda causa de perda de mandato a verificação, em momento posterior ao da eleição, de prática, por ação ou omissão, em mandato imediatamente anterior, dos factos referidos no artigo 9.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto e da alínea d) do presente artigo.

ARTIGO 59º
(Preenchimento de vagas)

1. As vagas ocorridas na Assembleia Municipal são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

SECÇÃO II
Dos Deveres dos membros da Assembleia

ARTIGO 60º
(Deveres)

Constituem, designadamente, deveres dos membros da assembleia:

- a) Comparecer às sessões e reuniões da Assembleia e às reuniões das comissões a que pertençam;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros;



- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no regimento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa da Assembleia;
- e) Contribuir pela sua diligência para o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal.

ARTIGO 61º **(Impedimentos e Suspeições)**

1. Nenhum membro da Assembleia pode interferir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do respetivo Município, nos casos previstos no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua atual redação.
2. A arguição e declaração de impedimento seguem o regime previsto nos artigos 70.º e 71.º, e 72.º do normativo legal invocado no número anterior.
3. Os membros da Assembleia devem pedir dispensa de intervir em procedimentos administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua atual redação.
4. À formulação do pedido de dispensa e a decisão sobre a escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 74.º e 75.º do diploma atrás referenciado.

SECÇÃO III **Dos Direitos dos Membros da Assembleia**

ARTIGO 62º **(Direitos)**

1. Os membros da Assembleia Municipal têm, designadamente, os seguintes direitos:
 - a) Participar nos debates e nas votações;
 - b) Apresentar propostas, moções e requerimentos;
 - c) Apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal, veiculados pela Mesa da Assembleia;
 - d) Apresentar reclamações, protestos, contra protestos e declarações de voto;
 - e) Propor alterações ao regimento;
 - f) Receber através da mesa, todos os documentos respeitantes aos assuntos agendados.
2. Aos membros da Assembleia Municipal são atribuíveis os direitos a eles consignados pela lei, designadamente pelo Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, e ulteriores alterações.



CAPÍTULO VIII
Disposições Finais

ARTIGO 63.º
(Alterações ao Regimento)

O Regimento poderá ser alterado por maioria qualificada de dois terços dos elementos da Assembleia e em respeito pela Lei vigente.

ARTIGO 64.º
(Interpretação e integração de Lacunas)

Compete à mesa, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 9.º, interpretar o presente regimento e decidir sobre os casos omissos e integrar as suas lacunas.

Artigo 65.º
(Prazos)

1. Salvo disposição em contrário, os prazos previstos no presente regimento são contínuos.
2. O prazo que terminar ao domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

Artigo 66.º
(Legislação aplicável)

Em tudo o omissos aplicam-se subsidiariamente Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, ambas na sua última redação, bem como toda a legislação a que o assunto diga especificamente respeito.

Artigo 67.º
(Entrada em Vigor)

1. O presente regimento entra em vigor imediatamente a seguir à sua aprovação.
2. Cada membro da Assembleia Municipal receberá um exemplar do mesmo, bem como os elementos do Executivo Municipal, em formato eletrónico.
3. O Regimento da Assembleia é publicado no Boletim Oficial do Município e no sítio da Assembleia Municipal.



4. Nos termos da Lei, aquando da instalação de uma nova Assembleia Municipal e enquanto não for elaborado e aprovado novo Regimento, continuará em vigor o anterior.

